

REUNIÃO COM FEITOZA E EQUIPE DO GSIMPLES COM AS ENTIDADES CONTÁBEIS**Data:** 23/07/2025 | **Início:** 16h | **Término:** 17h | **Local:** CRCSC – Híbrida**Participantes:** **CRCSC:** Roberto Aurélio Merlo; Édio Silveira; Katia Cilene Tavares; Julles Wilson Pires; Milena Propp; Cláudio da Silva Petronilho. **CFC:** Sergio Faraco. **Fecontesc:** Laenio Mota Oliveira; Sinésio Jacomossi. **Sescon Sul:** Alcebíades da Rosa Schefer. **Sescon GF:** Jefferson Miguel. **Convidado:** Tiago Rigo. **SEFAZ/SC:** Felipe dos Passos; Luiz Carlos Feitosa.**PAUTA | RESUMO**

Roberto Aurélio Merlo iniciou a reunião registrando a presença dos vice-presidentes e conselheiros do CRCSC, além dos representantes das entidades e agradeceu a participação dos auditores da Sefaz/SC.

Julles Pires relatou o atendimento a um MEI em sua empresa há cerca de dois meses. O empreendedor, proprietário de uma fábrica de móveis, apresentou extratos que indicavam um faturamento mensal de 350 mil reais, situação que se mantinha havia sete anos. Diante disso, Julles alertou sobre os riscos e explicou que, apenas para os cinco anos retroativos, a regularização já seria um desafio significativo. O empresário, no entanto, afirmou que "todo mundo faz assim" e que perderia oportunidades se não agisse dessa forma. Para Julles, a ausência de fiscalização eficaz acaba contribuindo para um ambiente de concorrência desleal.

Felipe dos Passos questionou se, por ser MEI, o empresário emitia notas correspondentes ao faturamento bancário ou se recebia como pessoa física. Destacou que, diante das limitações de recursos, era importante definir prioridades e apontou o estouro do limite anual de faturamento, de 81 mil reais, como o principal problema. Ressaltou ainda o baixo valor das contribuições mensais, reforçando o desafio para a fiscalização.

Luiz Carlos Feitosa acrescentou que o MEI sempre representou um problema de ordem normativa. Apontou que, devido à facilidade de abertura e à ausência de controles mais rígidos, multiplicaram-se as fraudes no sistema. Em 2017, Feitosa liderou um processo de desenquadramento de 1700 MEIs, abrangendo períodos anteriores e posteriores ao aumento do limite de faturamento. Destacou casos em que MEIs eram grandes importadores e movimentavam valores incompatíveis com o regime. Após esse esforço, não foram realizadas novas operações específicas para o MEI, e a fiscalização passou a focar outros pontos, como a malha da operação Concorrência Leal e, posteriormente, o sistema GPLAN, que monitora, principalmente, operações com cartão de crédito.

Feitosa relatou também dificuldades na implementação de novas malhas, devido à escassez de recursos humanos e técnicos. Explicou que a análise de documentos eletrônicos de saída e cartão de crédito é útil, mas que a identificação eficiente do MEI irregular exige cruzamento com as compras realizadas, sobretudo aquelas feitas em nome de pessoa física. Propôs que lançamentos tributários sejam feitos diretamente no CPF em casos de indícios de atividade comercial, defendendo que tal abordagem solucionaria muitos problemas de elisão.

O auditor também apontou obstáculos como a falta de contador para a maioria dos MEIs e a dificuldade de fiscalização por conta disso. Informou que a Receita Federal recentemente excluiu cerca de 470 mil MEIs e que há discussões em andamento para aprimorar o controle sobre esse regime, como o vínculo direto entre CNPJ e CPF nas futuras aberturas e baixas. Feitosa destacou que, no momento, não há como deflagrar uma operação específica devido a projetos em curso e à prioridade dada a outros trabalhos estruturantes. Contudo, reafirmou que a equipe pretende, futuramente, avançar no controle dos MEIs a partir do cruzamento de informações de entrada e saída, sempre visando maior eficiência e justiça fiscal.

Roberto Aurélio Merlo ressaltou que a exposição do Feitosa foi muito positiva. Questionou se havia mais algum comentário e comentou que Feitosa há muito tempo atua no setor, sendo referência. Ele sugeriu, junto a Felipe, a possibilidade de algum comunicado para as bases, buscando oferecer satisfação, ainda que reconhecesse que poderia ser contraproducente sem uma ação efetiva posterior.

Felipe dos Passos ponderou que emitir um comunicado sem uma ação concreta poderia ser prejudicial naquele momento. Reforçou a necessidade de cautela, destacando que, em uma próxima reunião, Feitosa poderia apresentar novidades. Ele resumiu os pontos de Feitosa, acrescentando que, atualmente, não há mão de obra suficiente para criar uma malha específica dos MEIs, conforme desejado. Explicou que o processo de

desenquadramento do MEI não é automático, demandando ampla defesa, contraditório e elaboração de documentos, impossibilitando sua realização por meio de sistemas ou robôs. Ressaltou ainda que a equipe está defasada, operando com apenas 75% das vagas preenchidas e vários colegas em vias de aposentadoria.

Ainda assim, Felipe enfatizou que não descartam propor soluções. Já apresentou ao Merlo a proposta de realizar uma operação pontual, reiterando que uma malha ampla não é viável atualmente e talvez nem a médio ou longo prazo. Feitosa, em sua experiência, chegou a desenquadrar 1.700 MEIs, o que resultou em complicações até para a Receita Federal, que pediu a redução da atuação devido ao impacto gerado. Contudo, Felipe reforçou que pequenas ações pontuais podem ser executadas. Propôs ao gerente de fiscalização a alocação de dois auditores fiscais para analisar casos mais evidentes de irregularidades entre os MEIs, especialmente aqueles com grandes valores em aberto. Embora isso não resolva o problema por completo, contribuirá para criar uma sensação de presença fiscal, alertando que a fiscalização está atenta sem generalizar o tratamento a todos os MEIs.

É a partir desse ponto que o trabalho continua, focando em ações estratégicas para aumentar a visibilidade e a efetividade da fiscalização.

Felipe dos Passos sugeriu, para encerrar o assunto, que já se encontrava maduro, que Feitosa continuasse o trabalho com as malhas fiscais. Feitosa estava prestes a lançar uma nova malha, fruto de um ano de dedicação, que, embora não trate especificamente do mesmo tema, promete trazer efeitos importantes e será divulgada em breve. Na administração, como forma de atender às demandas de curto e médio prazo, Felipe dos Passos informou que pretendia negociar com o gerente de fiscalização a alocação de dois auditores fiscais para mapear os maiores MEIs irregulares. O trabalho seria auxiliado pela experiência de Feitosa, que colaboraria na identificação dos casos e no acompanhamento das ações, dentro da capacidade operacional da equipe.

Roberto Merlo destacou que tais medidas já gerariam um impacto positivo, ressaltando a importância de tornar visível o trabalho da fiscalização para que o público perceba os esforços realizados. Para ele, dar visibilidade à fiscalização é fundamental para transmitir a mensagem de que as medidas estão sendo tomadas.

Felipe dos Passos enfatizou que, embora o cenário não fosse o ideal, estas ações eram as possíveis com os recursos disponíveis no momento.

Roberto Aurélio Merlo expressou gratidão pela colaboração de Feitosa, lembrando da parceria de longa data e da aprendizagem conjunta ao longo dos anos. Acrescentou que havia outro tema discutido com Felipe: a criação de um grupo de trabalho sobre a reforma tributária.

Felipe dos Passos explicou que teria uma reunião na quinta-feira com Marcos Domingues, Ramon Medeiros e demais envolvidos para retomar debates sobre a reforma tributária, que haviam sido adiados durante o semestre devido a outras legislações aprovadas. Após a reunião interna, Felipe planejava mapear colegas para participação em diferentes Grupos de Trabalho (GTs), observando que muitos GTs não tinham representantes de Santa Catarina. O objetivo era garantir participação do estado em todos os subgrupos, espelhando os debates federais e trazendo-os para discussão local.

Felipe ressaltou que, com a integração de Santa Catarina em mais de 53 colegiados (26 estados e 27 representantes dos 5.500 municípios), o estado perderia certa autonomia para decisões que antes eram tomadas localmente, como alterações de cronograma ou prazos. Apesar das limitações, destacou que não deixariam de dialogar com as entidades locais, pois a disseminação do conhecimento é fundamental e quanto mais pessoas participarem, melhor será o processo. Por fim, informou que a organização interna estava em andamento e que, em breve, entraria em contato para propor os subgrupos, permitindo que as entidades indicassem representantes e organizassem a participação de maneira estruturada.

Roberto Aurélio Merlo destacou que, no âmbito das entidades contábeis, é comum eleger profissionais com conhecimento técnico específico para cada subtema. Mencionou também a preocupação crescente da sociedade catarinense quanto aos possíveis impactos da reforma tributária, especialmente devido à transferência gradual da arrecadação para o estado de destino. Merlo ressaltou que esse processo pode trazer consequências relevantes para Santa Catarina.

Felipe dos Passos ponderou que ainda existem muitas incertezas quanto aos reais efeitos da reforma tributária. Citou estudos contraditórios, alguns indicando que não haverá perdas para o estado, outros prevendo prejuízos consideráveis. Observou que a arrecadação passará a depender mais do cidadão catarinense, reforçando a importância de gerar empregos e atrair moradores para o estado. Felipe lembrou que o período de transição da

reforma será longo, de cerca de 50 anos, e que modificações legislativas devem ocorrer ao longo do tempo, inclusive com a criação de novos benefícios fiscais, como já visto em anos recentes. Ele enfatizou que a Fazenda estadual atua estrategicamente para maximizar empregos e arrecadação em Santa Catarina durante esta fase de transição do ICMS.

Merlo acrescentou que entidades empresariais, como a FIESC, ainda não se deram conta da extinção dos incentivos fiscais prevista para 2032. Segundo ele, segmentos importantes para o estado, como o têxtil, metalmeccânico e de alimentos, podem ser fortemente afetados sem esses incentivos. Destacou que parte desses benefícios está sendo revista dentro dos pilares do PAFISC, mas há incentivos essenciais para a regulação de atividades econômicas que precisam ser considerados com cuidado. Merlo acredita que, apesar dos estudos apontarem vantagens para a indústria, ainda existem dúvidas sobre os reais benefícios para Santa Catarina.

Felipe dos Passos relatou sua experiência em grupos de discussão sobre indústria, destacando que muitos créditos já são aproveitados no setor e que a reforma pode limitar a capacidade do estado de incentivar cadeias produtivas estratégicas. Ressaltou que, nos próximos dez anos, será fundamental atrair investimentos e setores produtivos, pois após a padronização dos incentivos, estados maiores como São Paulo tendem a se beneficiar mais da isonomia.

Por fim, Merlo mencionou que, em resposta a questionamentos de entidades, foram realizadas pesquisas para identificar se as empresas já avaliaram os impactos da reforma tributária e se consideram manter suas atividades em Santa Catarina. Ele informou que a Secretaria está acompanhando esses levantamentos para melhor compreender o cenário e alinhar estratégias.

Roberto Aurélio Merlo encerrou a reunião agradecendo a todos. As entidades contábeis expressaram gratidão e se colocaram à disposição. Os representantes do CRCSC destacaram da parceria com a Sefaz/SC, enquanto o Conselheiro do CFC Sergio Faraco, reconheceu e lembrou a longa colaboração já existente entre as instituições. Cláudio Petronilho ofereceu as instalações do CRCSC, incluindo o novo estúdio, para futuras iniciativas conjuntas. Felipe dos Passos e Luiz Carlos Feitosa também manifestaram agradecimentos e destacaram a importância da parceria com as entidades contábeis. Em nome da presidente do CRCSC Marisa Luciana Schwabe de Moraes, dos presidentes da Fecontesc e dos Sesccons presentes e representados, Roberto Aurélio Merlo agradeceu a presença física da equipe da Fazenda, representada por Felipe e Feitosa, assim como a participação remota da equipe do Gplan. Também fez um agradecimento à equipe de colaboradores do CRCSC, reconhecendo o suporte contínuo oferecido.

Por fim, reforçou a disponibilidade das instalações do CRCSC, salientando a importância da colaboração contínua em favor da sociedade catarinense e da valorização da profissão contábil.

quarta-feira, 23 de julho de 2025 16:00 - 17:00



